

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Reestruturação da dívida

A reestruturação da dívida, privada ou pública, é um processo que permite aos credores em dificuldade reduzir o montante, as taxas de juro ou o período de tempo ao longo do qual a dívida deve ser amortizada (a maturidade).

A reestruturação da dívida é uma operação corrente entre credores e devedores privados e é muito mais frequente do que se pensa no caso das dívidas soberanas. Segundo um estudo de investigadores do Fundo Monetário Internacional, Eduardo Borensztein e Ugo Panizza (*The Costs of Sovereign Default*), entre 1824 e 2004 ocorreram em todo o mundo 257 casos de incumprimento de Estados soberanos que foram seguidos de reestruturação. A maior parte, 126, teve lugar na América Latina, mas a Europa contribuiu com 15%. Metade destes casos diz respeito aos últimos trinta anos.

Segundo este mesmo estudo, «o incumprimento surge associado a um decréscimo do crescimento», mas «o impacto do incumprimento parece ser de curta duração». Além disso, os autores afirmam que um incumprimento não conduz a uma exclusão permanente dos mercados de capitais internacionais: embora os países percam o acesso aos mercados de capitais durante a fase de incumprimento, uma vez concluído o processo de reestruturação, os mercados financeiros não discriminam, em termos de acesso, entre incumpridores e não incumpridores. No entanto, as condições em que ocorre o incumprimento e o processo de negociação são importantes. Em alguns casos, quando a iniciativa da reestruturação da dívida pertence aos credores e é por eles conduzida, um país pode sair tão ou mais endividado de um processo de reestruturação da dívida do que estava à partida. É o que está atualmente a acontecer na Grécia. O incumprimento de facto e a reestruturação da dívida grega reduzem o peso da dívida no Produto Interno Bruto, mas a austeridade que acompanha essa reestruturação precipita o processo de declínio económico ao ponto de comprometer, definitivamente, a capacidade de a Grécia vir a servir a dívida remanescente no futuro.

José Maria Castro Caldas

Reforma administrativa local

No âmbito de uma agenda neoliberal, iniciada pelo governo de Durão Barroso e prolongada pelos do PS, o atual governo PSD-CDS/PP apresentou, em setembro de 2011, um *Documento Verde* sobre a reforma do poder local na sequência do acordo com a troika. Aqui, a retórica tecnocrática da